

Senador quer esforço para votar *royalties*

Wellington Dias divulgou carta pedindo mobilização da sociedade e de autoridades para votar, na quarta, projeto sobre a divisão dos *royalties*. 4

CRE discute rumos da defesa bélica nacional

A Comissão de Relações Exteriores reúne hoje especialistas em defesa e indústria bélica para analisar o reaparelhamento das Forças Armadas 3

Em debate, a violência contra o professor

Com participação de professores, a Comissão de Direitos Humanos promove hoje discussão sobre a violência contra docentes em escolas públicas 2

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.543 – Brasília, segunda-feira, 17 de outubro de 2011



Espécie animal é extinta antes de ser conhecida, diz ministra

Izabella Teixeira, do Meio Ambiente, cobrou dos brasileiros mais empenho na preservação de animais em risco de desaparecer. Para ministro do STJ, conservação é dificultada porque as leis não acompanham avanços da ciência

José Cruz/Senado Federal



Em evento realizado pela Comissão de Meio Ambiente, especialistas discutiram formas de proteger espécies da fauna ameaçadas de extinção. Das 134 mil que existem no país, 627 estão em risco. Representante do ICMBio, entidade federal de preservação animal, disse que o Brasil dedica bastante esforço à questão, mas reclamou que faltam mecanismos de financiamento estáveis para as ações. 3



Reprodução

Ministra Izabella Teixeira (E), senador Rodrigo Rollemberg e ministro Herman Benjamin falam no evento; acima, a jaguatirica, animal ameaçado de extinção



Gerardo Magela/Senado Federal

Da tribuna, senador Pedro Simon condena o foro privilegiado

Para Simon, Lula não combateu corrupção

Pedro Simon criticou o ex-presidente Lula por não ter atacado a corrupção. Ele também destacou a responsabilidade do Congresso pela impunidade. 4

Lídice aponta riscos da bandeira anticorrupção

As manifestações organizadas por movimentos de jovens correm risco de manipulação por parte da mídia, pelo baixo grau de politização. 4



Lídice da Mata prega frente suprapartidária e popular



Gerardo Magela/Senado Federal

Randolfe Rodrigues defende regulamentação da Emenda 29

Mais recursos para a saúde, mas sem CPMF

O senador Randolfe Rodrigues considera injustificável criar novo imposto para financiar a área: país tem crescido e arrecadação do governo aumentou. 2

Para o senador, crise no setor é injustificável, já que o país tem crescido nos últimos anos e o governo vem batendo recordes de arrecadação

Randolfe defende mais recursos para a saúde sem recriação da CPMF

AO REITERAR A necessidade de mais recursos para a saúde, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) defendeu na sexta-feira a aprovação do projeto que regulamenta a Emenda 29. A matéria retornou ao Senado após ser aprovada com alteração pela Câmara dos Deputados.

O parlamentar lembrou que a Constituição, em seu artigo 196, determina que "a saúde é direito de todos e dever

do Estado" e prevê um modelo que virou realidade por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

– Mas não deixamos claro na Constituição como tal sistema seria financiado.

Randolfe criticou, porém, as propostas que preveem mais recursos por meio da recriação da CPMF. Ele argumentou que esse tipo de tributo é regressivo, "no qual quem tem mais paga menos e



Regulamentação da Emenda 29 tem o apoio do parlamentar

quem tem menos paga mais". Para ele, opção mais justa seria regularizar o Imposto sobre Grandes Fortunas. Outra alternativa, observou, seria direcionar à saúde os dividendos que a União recebe por ser acionista majoritária na Petrobras e em bancos públicos.

Além disso, o senador comparou os gastos com saúde com o crescimento econômico que o país vem experimentando – e, consequentemente, com

o aumento da arrecadação tributária. Ele citou matéria de *O Globo* ("Saúde na lanterninha") segundo a qual a arrecadação federal vem registrando recorde, enquanto os investimentos em saúde subiram 4,5% neste ano, o que considera pouco.

– A economia brasileira tem crescido nos últimos anos. Não se justifica, portanto, a crise que vivemos na saúde.

Senado discute Comissão da Verdade

A criação da Comissão Nacional da Verdade – para examinar as violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988 – será discutida amanhã pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). Aprovado pela Câmara dos Deputados, o PLC 88/11, que cria o grupo, tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), deve apresentar parecer na quarta-feira. Entre os convidados, estão o presidente da OAB, Ophir Cavalcante, e Aton Fon Filho, da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.

Proteção a professor é tema de debate

O combate à violência contra os professores em escolas públicas é tema de debate, hoje, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O objetivo dos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Cristovam Buarque (PDT-DF), que solicitaram a discussão, é instruir o PLS 191/09, que estabelece medidas de proteção aos professores. Entre os convidados, estão a deputada federal Erika Kokay (PT-DF); professores e parentes de vítimas; e representantes do governo, da ONU, de sindicatos e entidades de professores.

Prodasen comemora 39 anos lançando atividades sobre passado e futuro

Amanhã, às 10h, a equipe da Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen) vai se reunir no seu pátio interno para comemorar os 39 anos do órgão. Todos os servidores do Senado foram convidados, além de senadores. Na ocasião, será lançado o projeto Ano Comemorativo do 40º Aniversário do Pro-

dasen. Serão 12 meses de atividades que lembrarão a história do órgão e apontarão para novos desafios, com palestras, mesas-redondas, exposições, entrevistas, eventos esportivos, encontros e muita disposição para celebrar mais uma década. Após a cerimônia, serão apresentadas as novas instalações do Prodasen.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Veterinária

11h Sessão especial em homenagem ao Ano Mundial da Medicina Veterinária e comemoração pelo Dia do Professor.

CDH Proteção a professor

9h A Comissão de Direitos Humanos discute o PLS 191/09, que prevê medidas nos casos de violência contra os professores.

CMO Seminário regional

9h A Comissão Mista de Orçamento realiza seminário regional, em Vitória, sobre o projeto orçamentário de 2012 e o plano plurianual.

CPI Tráfico de Pessoas

14h A CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas promove audiência pública, em São Paulo, sobre denúncia de trabalho escravo.

CRE Estratégia de defesa

18h Audiência pública da Comissão de Relações Exteriores sobre reaparelhamento das Forças Armadas e indústria bélica.

Terça-feira

Plenário Homenagem

14h Os 200 anos da Biblioteca Nacional serão comemorados na hora do expediente.

Presidência Juristas

12h Cerimônia de instalação da Comissão de Juristas, destinada a elaborar o anteprojeto de Código Penal.

CMA/CRE Brasil no G-20

8h30 As comissões ouvem Luis Antonio Balduino Carneiro, do Itamaraty, sobre a posição do governo brasileiro no G-20.

CDH Comissão da Verdade

9h A Comissão de Direitos Humanos debate a criação da Comissão Nacional da Verdade com o presidente da OAB, Ophir Cavalcante.

CAS Paciente crítico

9h A Comissão de Assuntos Sociais debate o problema do paciente crítico no país com Ana Paula Silva Cavalcante, do Ministério da Saúde.

CMO Obras irregulares

9h A Comissão Mista de Orçamento faz audiência sobre obras e serviços com indícios de irregularidades, no Plenário 2 da Câmara.

CE Universidades ruins

11h Projeto de lei que trata com maior rigor universidades com baixo desempenho está na pauta da Comissão de Educação.

CDR Guerra fiscal

14h O presidente do Confaz, Nelson Henrique Barbosa Filho, entre outros, fala sobre guerra fiscal e desenvolvimento regional.

CI/CAE Recursos minerais

14h O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, debate cobrança de compensação financeira pela exploração de recursos minerais.

CPI do Ecad Reunião

14h30 Reunião administrativa sobre a investigação de irregularidades na distribuição dos recursos do direito autoral.

CMO Relatório de receita

14h30 Possível votação do relatório de receitas para o Orçamento de 2012 e discussão de abertura de créditos adicionais para ministérios.

Mercosul Educação em pauta

14h30 Os parlamentares da Representação Brasileira no Parlasul debatem equivalência educacional entre países do bloco.

Quarta-feira

CCT Compras na internet

9h Na pauta da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, projeto que cria mecanismos de proteção ao consumidor no comércio eletrônico.

Fronteira Terras

9h A Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira discute em audiência pública questão indígena e fundiária.

CAS Trabalho para idoso

9h A Comissão de Assuntos Sociais vota projeto que institui o Programa de Incentivo ao Trabalhador com idade entre 40 e 55 anos.

CCJ Defesa civil

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examina projeto que trata do Sistema Nacional de Defesa Civil e da carreira de agente de defesa civil.

CMMC Proantar e clima

14h Representantes dos ministérios da Marinha, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia debatem o Programa Antártico Brasileiro na Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas.

Quinta-feira

CAS Cuidador de idoso

11h O cuidador de idoso é tema de audiência da Comissão de Assuntos Sociais. Foi convidada Tânia Garib, secretária de Trabalho de MS.

SESSÕES ON-LINE: Confira a integra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao – **Comissões:** www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite, às 14h, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo

pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cicero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário: Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Lídice da Mata • Randolfe Rodrigues

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – **Fax:** (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Forças Armadas: reaparelhamento em debate na CRE

Na série de audiências públicas que discute os rumos da política externa do Brasil, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisa hoje o tema "Estratégia nacional de defesa – reaparelhamento das Forças Armadas e indústria bélica: aquisição de armas e transferência de tecnologia".

Foram convidados para o debate o presidente da Academia Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB), Cláudio Moreira Bento; o coordenador do curso de Relações Internacionais da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap), professor Gunther Rudzitz; o diretor do Departamento de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa, general Aderico Visconti Pardi Mattioli; e o presidente da Federação de Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul (Federasur) e ex-vice-presidente do BNDES, Darc Antônio da Luz Costa.

A CRE, presidida por Fernando Collor (PTB-AL), vem discutindo os rumos da política externa brasileira (2011-2012) desde o início deste ano e o atual ciclo é dedicado à defesa nacional. Os temas já debatidos foram "Geopolítica e relações internacionais" e "Economia e finanças".

Concursos públicos podem ter antidoping

Os concursos públicos poderão ter mais um requisito para seleção dos candidatos: o teste antidoping. A novidade se aplicaria apenas nos concursos públicos que tenham provas físicas, de acordo com normas e procedimentos adotados pelas entidades nacionais do esporte olímpico.

A proposta (PLS 318/10), de Acir Gurgacz (PDT-RO), pode ser votada amanhã pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O relator, Wellington Dias (PT-PI), recomenda a aprovação. A decisão terminativa caberá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Para o relator, os exames antidoping garantiriam uma situação de igualdade entre os candidatos, punindo aquele que buscar meios ilícitos para obter uma vantagem desleal.

A CE analisa ainda projeto (PLS 585/07) do senador licenciado Gilvam Borges (PMDB-AP) que cria o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), para fortalecer a fiscalização do Executivo sobre as instituições.

Em debate na Comissão de Meio Ambiente, especialista avalia que criação de áreas de conservação ajuda a preservar a fauna; ministro do STJ disse que uma das dificuldades é a lentidão das leis para acompanhar os avanços da ciência

Espécies animais desaparecem antes de serem conhecidas, afirma ministra

MUITAS ESPÉCIES DE animais são extintas antes mesmo de serem conhecidas. A constatação foi feita pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, na sexta-feira, no colóquio "A proteção de espécies ameaçadas de extinção no Brasil", promovido pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Na avaliação da ministra, é preciso que a população brasileira entenda o valor da biodiversidade e passe a cuidar do meio ambiente juntamente com o Estado. Para ela, a preservação ambiental deve fazer parte do cotidiano das pessoas.

O representante da União Internacional para a Conservação da Natureza, Simon Stuart, apontou que as áreas de conservação têm contribuído de forma eficaz para evitar a extinção de animais.

O secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Bráulio Dias, afirmou que as taxas de perda de biodiversidade vêm aumentando nos últimos 50 anos.

Em sua opinião, a preservação não deve acontecer apenas nas unidades de conservação, mas incluir mudanças na agricultura, na pecuária, na mineração e também nas cidades.

Ciência e tecnologia

Para o presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), o maior desafio do Brasil, neste momento em que se discute um novo Código Florestal (PLC 30/11), é mudar o "quadro vergonhoso" de 627 espécies animais estarem em risco de extinção em decorrência da destruição de seus habitats naturais.

O senador defendeu investimentos em ciência, tecnologia e inovação para conhecer pro-

fundamente a biodiversidade brasileira e, assim, poder utilizá-la de forma sustentável.

– Temos de romper com a falsa dicotomia de que o desenvolvimento da agricultura destrói o meio ambiente. Podemos ser grandes produtores de alimentos e de energia sem abrir mão da biodiversidade – ressaltou Rollemberg.

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin afirmou que é impossível preservar as espécies ameaçadas sem a atuação do Estado e sem uma legislação atualizada. Em sua opinião, há uma lacuna entre a evolução da ciência e a reação do Direito.

– Avança o conhecimento científico, consensos são alcançados, mas tarda-se a dar uma resposta geral e jurídica que apoie os objetivos traçados pela ciência – observou, acrescentando que essa defasagem não pode ser aceita quando se trata de extinção de seres vivos.

No evento da sexta-feira, a ministra do Meio Ambiente presenteou o presidente da CMA com uma edição do *Livro vermelho das espécies da fauna brasileira ameaçadas*.



Instituto federal diz que Brasil se esforça para evitar extinções

O Brasil tem feito um grande esforço para conservar suas espécies ameaçadas de extinção, disse o presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Rômulo Mello.

Ele lembrou que o Brasil abriga 134 mil espécies de animais, das quais 627 estão em risco de desaparecer.

– Pode parecer um número pequeno, mas é significativo. Temos que evitar que outras espécies entrem em risco.

Ele afirmou que faltam

mecanismos de financiamento estáveis para as ações de conservação da biodiversidade.

– O financiamento precisa ser uma questão de estado, e não de governo.

A representante da Divisão de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, Larissa Maria Lima Costa, defendeu a preservação da flora, já que as florestas são o ambiente dos animais. Ela pediu a identificação eletrônica de madeiras comerciais como forma de evitar contrabando.

Especialista lamenta fracasso de cúpulas mundiais de ambiente

O vice-presidente do Instituto de Pesquisas Ecológicas, Claudio Pádua, lamentou a falta de resultado das reuniões de cúpula ambientais. Ele participou do quarto painel do colóquio promovido pela CMA, que debateu sustentabilidade e o papel da mídia nas questões vinculadas à ecologia.

Para Claudio Pádua, reuniões de cúpula como as de Estocolmo (1972) e do Rio de Janeiro (1992) geraram metas que não têm sido cumpridas porque cada país defende seu

interesse econômico.

Na sequência, o redator-chefe da National Geographic Brasil, Matthew Shirts, lamentou que o jornalismo brasileiro esteja ainda mal equipado para lidar com a sustentabilidade.

Em sua avaliação, a cobertura é prejudicada pela escassez de profissionais com conhecimento de ciência nas redações. Matthew Shirts espera que o fim da obrigatoriedade do diploma de Jornalismo reduza esse problema ao longo do tempo.

COMISSÃO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DISCUTE PROGRAMA ANTÁRTICO

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) realiza audiência pública na quarta-feira para divulgar e debater o Programa Antártico Brasileiro (Proantar), especialmente no que se refere ao monitoramento e

acompanhamento das mudanças climáticas no continente antártico e seus impactos no Brasil. Foram convidados representantes da Marinha e dos ministérios do Meio Ambiente e de Ciência, Tecnologia e Inovação.

AUDIÊNCIA CONJUNTA ANALISA POSIÇÕES DO BRASIL NO G-20

Com o objetivo de debater o posicionamento do Brasil no chamado G-20, as comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) realizam audiência pública

conjunta amanhã às 8h30. Os senadores querem discutir temas econômicos, ambientais, climáticos e de segurança alimentar. Foram convidados representantes do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Fazenda.

Lídice cobra politização do movimento anticorrupção

Para não serem manipuladas pela mídia interessada em desacreditar as conquistas políticas, manifestações devem ampliar bandeiras, radicalizando a democracia

O MOVIMENTO DE jovens que promoveu as recentes manifestações contra a corrupção correm o risco de cair no vazio se não incorporar maior grau de politização. A opinião é de Lídice da Mata (PSB-BA), que alertou para o perigo de manipulação por segmentos da mídia interessados em desacreditar a política e os que atuam nesse campo, bem como as organizações populares.

– Na mera bandeira única da corrupção, pode ser manipulado o sentido dessa luta para um sentido de aversão total à política, às organizações populares do povo brasileiro, que foram conquistas, também, dos trabalhadores brasileiros – afirmou.

Para a senadora, o combate à corrupção é indispensável à consolidação da democracia, mas “a grande imprensa, num minuto, toma conta dela com um viés diferente”.

– Eu ouvi alguns meios de comunicação comemorarem as manifestações, dizendo: “nelas não há permissão de partidos políticos”, leia-se, portanto, coisa suja. “Nelas não há participação do político”, também igual a coisa suja. “Nelas não há participação da UNE”, coisa suja também. “Nelas não há participação das centrais sindicais”, coisa suja também.

Se existem desvios nessas organizações, eles podem ser corrigidos pelos seus próprios integrantes, disse. No caso das organizações sindicais, os trabalhadores, e da UNE, os estudantes, que poderão encontrar “os caminhos de aprimoramento da democracia interna dos seus movimentos”.

Lídice disse acreditar na força de um movimento suprapartidário no sentido do “fortalecimento e da radicalização da democracia brasileira”, mas



Lídice da Mata defende reforma política e financiamento público

ele não excluiria os partidos e poderia ir além da defesa da Lei da Ficha Limpa e da abertura do voto parlamentar no Congresso. Para ela, a reforma política e o financiamento público das eleições são pontos obrigatórios da plataforma da frente popular e unitária. O financiamento público ainda não é uma tese bem compreendida pela sociedade, admitiu, mas ele está estreitamente associado ao combate à corrupção.

Para Simon, Lula não combateu a corrupção

Pedro Simon (PMDB-RS) criticou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva por, segundo ele, não ter cumprido a promessa de combater a corrupção.

– Ainda me lembro do discurso da primeira posse de Lula. Eu acreditei, e as promessas me levaram às lágrimas. Mas ficou tudo nas palavras.

O parlamentar também atacou o Congresso Nacional, que “se recusa a punir e a investigar os parlamentares corruptos”. Ele lamentou o fato de apenas três deputados acusados de participar do esquema do mensalão terem



Senador Pedro Simon também criticou o Congresso Nacional

sido cassados pela Câmara.

– No Supremo Tribunal Federal, os processos se arrastam

e não são julgados. No Brasil, a infinidade de recursos e o foro privilegiado alimentam a impunidade – disse.

Em seu discurso, o senador defendeu a validade da Lei da Ficha Limpa nas próximas eleições e falou da importância da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção, formalizada em dezembro de 2003.

A iniciativa, de acordo com Simon, revela a preocupação da comunidade internacional com um problema que enfraquece a legitimidade política, afeta a economia e impede o desenvolvimento dos países.

Wellington Dias pede apoio a seu projeto de partilha

Wellington Dias (PT-PI) divulgou uma nova carta aberta pedindo a mobilização de movimentos sociais, estudantes, governadores, prefeitos e parlamentares para que o projeto sobre a divisão dos *royalties* seja votado nesta quarta-feira. O senador é autor do projeto (PLS 448/11) que tem servido de base para as negociações entre representantes de estados produtores e não produtores de petróleo e gás natural.

A carta informa que a proposta assegura a estados e municípios produtores cerca de R\$ 12 bilhões em 2012, podendo chegar a R\$ 25 bilhões em 2022. Os demais estados e municípios ficariam com R\$ 8 bilhões, até alcançarem R\$ 40 bilhões em 2022.

Pelo compromisso acertado entre lideranças do Congresso,



Senador divulga carta aberta a entidades pedindo mobilização

caso o projeto não seja votado, o presidente do Senado, José Sarney, vai pôr em votação o veto do ex-presidente Lula à chamada Emenda Ibsen, que distribui a receita conforme regras dos fundos de Participação dos Estados (FPE) e Municípios (FPM), o que diminuiria a receita dos estados produtores.

No final de setembro, Wellington também divulgou carta aberta conclamando a sociedade a se mobilizar pela votação de seu projeto.

Ministro vai debater cobrança de tributo pela exploração mineral

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, e o governador do Pará, Simão Jatene, são os convidados, amanhã, de audiência pública que discutirá a eficácia do procedimento de cobrança da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem).

O debate é uma iniciativa das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infraestrutura (CI) e foi sugerido

por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Waldemir Moka (PMDB-MS) e Delcídio do Amaral (PT-MS).

A audiência servirá para o debate de dois projetos que alteram as regras de cobrança da Cfem: o PLS 1/11, de Flexa Ribeiro, e o PLS 283/11, de Clésio Andrade (PR-MG). Aécio Neves (PSDB-MG) conseguiu aprovar na CI requerimento para que os projetos passem a tramitar em conjunto.

Clésio Andrade propõe alíquota maior para exploração de minério de ferro



Senador quer aumentar a alíquota da compensação financeira de 2% para 4%

O projeto (PLS 283/11) de Clésio Andrade que tramita na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aumenta de 2% para 4% a alíquota da compensação financeira pela exploração de minério de ferro. Tramita em conjunto com o PLS 1/11, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que estabelece que a base de cálculo da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) considere o faturamento bruto da venda do produto mineral.

A Cfem, explica Clésio, é uma indenização aos entes federativos diretamente impactados pela extração mineral e um pagamento à União pela exploração de um recurso patrimonial de sua propriedade. De acordo com ele, o aumento é necessário porque o Brasil ampliou consideravelmente suas exportações de minério de ferro bruto.

O relator na CI, Eduardo Braga (PMDB-AM), propôs um substitutivo no texto da Lei 7.990/89, que no seu art. 6º determina que a compensação financeira pela exploração de recursos minerais será de até 3% sobre o valor do faturamento líquido. Ele explicou que as receitas da Cfem vêm sendo utilizadas para amenizar os inúmeros impactos ambientais e sociais negativos da atividade mineradora. O projeto ainda será submetido a exame da Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ACONTECEU NAS COMISSÕES

Empreendedores individuais e jovens têm decisões favoráveis na CAE

Mesmo numa semana prejudicada pelo feriado, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida por Delcídio do Amaral (PT-MS), votou uma série de projetos em diversas áreas. Uma das matérias, que previa receitas da exploração de recursos naturais para o Fundo

do Exército, foi rejeitada e deve ser arquivada. As demais ainda passarão pela Comissão de Serviços de Infraestrutura ou pelo exame da Câmara dos Deputados. A CAE decidiu ainda realizar audiências sobre crise internacional, política monetária, PAC e contratos públicos

TRIBUTOS DA LUZ

Projeto aprovado na terça retirou da Eletrobras a gestão da Reserva Global de Reversão (RGR), fundo que financia melhorias nos serviços de energia elétrica. A proposta (PLS 355/11) repassa a função a uma entidade a ser definida pelo governo. Para Lúcia Vânia (PSDB-GO), autora do projeto, há conflito de interesses na gestão da RGR, já que a Eletrobras é quem escolhe os beneficiários dos recursos e viria concentrando as aplicações em empresas controladas pela estatal. Os recursos vêm de cotas pagas pelas concessionárias, que são computadas nos custos para o consumidor. Agora, a proposta vai à Comissão de Infraestrutura, para decisão terminativa.

EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

O profissional enquadrado como empreendedor individual, que recolhe tributos pelo Simples Nacional, pode ganhar acesso a linhas dos fundos de financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO). A proposta de Renan Calheiros (PMDB-AL), aprovada na CAE, também estende à categoria os benefícios do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e do Fundo de Amparo ao Trabalhador. O projeto (PLS 59/10) recebeu decisão terminativa e seguirá para a Câmara se não houver recurso para a votação em Plenário.

– A matéria é muito importante para a economia brasileira e a formalização dos negócios – salientou Renan.

ROYALTIES DO PETRÓLEO

A CAE rejeitou projeto que destinava receitas da exploração de recursos naturais para o Fundo do Exército, inclusive recursos de *royalties* do petróleo. Em votação por margem estreita, por 9 votos a 6, os senadores optaram por acompanhar voto em separado de Lindbergh Farias (PT-RJ), contrário à proposta (PLS 62/08) de autoria de Fernando Collor (PTB-AL). A matéria deve ser arquivada. Também sobre os *royalties* do petróleo, a CAE decidiu realizar audiência pública para debater o tema em data ainda não definida. Outros assuntos que serão discutidos pela comissão: crise, política monetária, resultados do PAC e desindexação de contratos públicos.

LOTÉRIAS PROJÓVEM

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) poderá receber 2% da arrecadação das loterias do governo, como a Mega-Sena, a Quina e a Loteria Federal. A arrecadação desses jogos foi de R\$ 8,8 bilhões em 2010. O PLS 570/09, de Renan Calheiros, passou na CAE e vai à Câmara. Programa que visa integrar os jovens à escola e qualificá-los profissionalmente, além de promover outras ações, o Projovem atua nas seguintes modalidades: Projovem Urbano, Projovem Campo, Projovem Adolescente e Projovem Trabalhador. De acordo com Inácio Arruda (PCdoB-CE), relator da proposta, o programa atendeu cerca de 1 milhão de pessoas no ano passado.